



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

CONTRATAÇÕES IRREGULARES

Correio de Sergipe • Aracaju  
quarta-feira • 14 de março de 2018

## Juvêncio é indiciado pelo MPE na 'Caça-Fantasmas'

O vereador por Aracaju Juvêncio Oliveira (DEM), ex-secretário municipal de Articulação Política e Relações Institucionais (Seapri), foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPE), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), na Operação Caça-Fantasmas, que apura as supostas contratações irregulares na Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) entre os anos de 2013 e 2016, em que servidores comissionados recebiam sem trabalhar.

Durante as oitivas, Juvêncio confirmou à promotoria que a

secretaria controlava a frequência de funcionários e assumiu que nomeou a irmã de uma servidora que estava com problemas de saúde e que esta ficou recebendo salário sem comparecer à Seapri. Entretanto, o ex-secretário nega qualquer tipo de envolvimento com a ex-servidora.

Segundo a promotoria, um ex-cunhado de Juvêncio também foi nomeado para trabalhar na Seapri, porém ele não era conhecido pela maioria dos servidores. Questionado sobre a frequência do funcionário, Juvêncio admitiu que ele não era assíduo.

O MPE também quis saber

sobre a atuação da esposa de Juvêncio, a jornalista Suyanne Cunha, enquanto ele era responsável pela Seapri. Segundo o vereador, na época em que eles trabalhavam na pasta eram apenas noivos, e que ela foi exonerada logo após o casamento. Mas, segundo a promotoria, ela, posteriormente, foi nomeada em outra secretaria, a qual Juvêncio não soube informar, chegando a se contradizer.

Atualmente, a Seapri não existe mais e os promotores de Justiça Luciana Duarte, Bruno Melo, Leydson Gadelha e Jarbas Adelino, do Grupo de Atuação Especial de Combate

ao Crime Organizado (Gaeco) acreditam que a articulação trouxe benefícios econômicos ao ex-secretário.

Juvêncio, embora exerça cargo eletivo, não possui foro privilegiado e poderá responder as acusações do MPE na Vara Criminal comum. O processo vai transitar na 2ª Vara Criminal de Aracaju, onde outros cinco ex-servidores foram indiciados.

A reportagem do Jornal Correio de Sergipe entrou em contato com a assessoria de imprensa do vereador, que informou que ele não foi notificado oficialmente e somente irá se pronunciar posteriormente.